

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	13
<i>Nota à 35ª edição</i>	17
<i>Siglas e abreviaturas</i>	21

TÍTULO I

INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

CAPÍTULO 1

As várias categorias de interesses

1. Interesse público e interesse privado	49
2. Interesse público primário e secundário	51
3. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva	52
4. Interesses difusos	55
5. Interesses coletivos	57
6. Interesses individuais homogêneos	59
7. Conclusões	60

CAPÍTULO 2

Legitimação ordinária e extraordinária

1. Legitimação ordinária..... 67
2. Legitimação extraordinária..... 67
3. Conclusão 72

TÍTULO II

A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

Ação civil pública

1. O que é ação civil pública ou ação coletiva..... 77
2. Ações de iniciativa do Ministério Público..... 79
3. Ações fundadas na Constituição da República..... 79
4. Ações fundadas no Código Civil..... 80
5. Ações fundadas no Código de Processo Civil..... 81
6. Ações fundadas no Código de Processo Penal..... 81
7. Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente..... 82
8. Ações fundadas na legislação trabalhista..... 83
9. Ações fundadas na Lei de Registros Públicos..... 83
10. Ações fundadas na Lei de Loteamentos 84
11. Ações fundadas em leis diversas 84

CAPÍTULO 4

A atuação do Ministério Público no processo civil

1. Atuação no processo civil em geral..... 89
2. A causa e a finalidade da atuação 95

3.	A obrigatoriedade da ação civil pública.....	97
	a) O dever de agir	97
	b) O caráter vinculado da atuação	100
	c) O princípio da obrigatoriedade na Lei n. 7.347/85.....	100
	d) O princípio da discricionariedade controlada.....	101
4.	A não propositura da ação civil pública	103
5.	A obrigação de assumir a ação	104
6.	O aditamento à petição inicial	104
7.	Intervenção pela natureza da lide	110
8.	Intervenção pela qualidade da parte.....	110
9.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	113
10.	Limites da atuação vinculada	114
11.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	116
12.	Pluralidade de membros no processo.....	116
13.	Hipóteses de intervenção protetiva	119
14.	Limites ao poder de impulso	120
15.	A defesa de interesses individuais	123
16.	A defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	124
17.	Impetração de mandado de segurança	128
18.	A jurisdição voluntária	129
19.	O Ministério Público como réu	132
20.	A falta de intervenção do Ministério Público	134
21.	O Ministério Público e a litigância de má-fé.....	136

TÍTULO III

A DEFESA DOS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

NAS LEIS NS. 7.347/85 E 8.078/90

CAPÍTULO 5

Origens e alterações da Lei n. 7.347/85

1.	Os primeiros trabalhos.....	143
----	-----------------------------	-----

2.	Cotejo entre os projetos	145
3.	Alterações trazidas pela legislação subsequente	148
4.	Restrições ao sistema de defesa coletiva	150
5.	Litisconsórcio e compromisso de ajustamento	152
6.	O Código de Processo Civil de 2015	153
	a) Generalidades	153
	b) O papel dos precedentes	163
	c) A vedação do acesso coletivo à jurisdição	173
	d) A suspensão das ações individuais	174
	e) A disciplina da coisa julgada coletiva	182
	f) Conclusão	183

CAPÍTULO 6

Objeto da Lei n. 7.347/85

1.	Campo de incidência	185
2.	O veto imposto à Lei n. 7.347/85	187
3.	A defesa de qualquer interesse transindividual	189
4.	Causa de pedir e natureza do pedido	189
5.	A defesa do patrimônio público e da probidade administrativa .	194
6.	O controle do ato administrativo	194
7.	Litígios estruturais e estratégicos	199
8.	Os princípios da eficiência e da razoabilidade	203
9.	Ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade	204
10.	A defesa do contribuinte e de outros interesses análogos	208
11.	Os danos morais e patrimoniais	208
12.	Direito de resposta coletivo	212
13.	Distinção entre ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo	213

CAPÍTULO 7

Proteção ao meio ambiente

1.	A proteção legal ao meio ambiente	219
2.	Conceito de meio ambiente	224
3.	A proteção às coisas, aos animais e aos vegetais	225
4.	Consciência social da preservação ambiental	227
5.	Legitimação para a ação ambiental	228

CAPÍTULO 8

Proteção ao consumidor

1.	Conceito doutrinário de consumidor	233
2.	Conceito legal de consumidor	235
3.	Direitos do consumidor	239
4.	Cláusulas abusivas	240
5.	Consumidores diversos	243
6.	O papel do Ministério Público	244
7.	O consumidor individual	246
8.	O Ministério Público e o atendimento ao público	248
9.	A defesa do consumidor no campo da publicidade	249
10.	O ônus da prova	251
11.	Crítica sobre a defesa do consumidor	251
12.	Conclusões	252

CAPÍTULO 9

Proteção ao patrimônio cultural

1.	Generalidades	255
2.	O patrimônio cultural	256
3.	O patrimônio artístico e estético	256
4.	O tombamento	257

CAPÍTULO 10

Proteção ao patrimônio público e social

1.	O patrimônio público e a improbidade administrativa	259
	a) Evolução legislativa	259
	b) Quem defende o patrimônio público	262
	c) A moralidade administrativa	264
	d) O papel do Tribunal de Contas	266
	e) O objeto da investigação e o polo passivo	267
2.	Os atos de improbidade administrativa	269
	a) Os atos que importem enriquecimento ilícito	273
	b) Os atos que importem lesão ao erário	274
	c) Os atos que atentem contra os princípios da Administração ..	274
3.	A responsabilidade	275

4.	A questão do prejuízo	277
5.	As sanções	280
6.	A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa	283
7.	A competência.....	291
8.	A prescrição.....	291
9.	O processo	302
10.	O Ministério Público na defesa do patrimônio público	304
11.	O patrimônio social.....	314
12.	A transação	316

CAPÍTULO 11

Tombamento

1.	O tombamento como forma de proteção administrativa	317
2.	Outras formas especiais de proteção	319
3.	Natureza jurídica do tombamento	323
4.	Conclusões.....	324

CAPÍTULO 12

Tutela provisória e definitiva e as ações individuais

1.	Tutelas provisórias e definitivas	327
	a) Provimentos jurisdicionais possíveis	327
	b) Provimento mandamental	330
	c) Provimento injuntivo	332
2.	Rito processual.....	332
3.	Tutelas de urgência.....	333
4.	Antecipação da tutela.....	336
5.	Ações individuais e sua suspensão.....	337

CAPÍTULO 13

Ação penal para defesa de interesses transindividuais

1.	Generalidades	347
	a) O direito de punir.....	347
	b) Tutela penal de interesses transindividuais	348

c) Prejudicialidade entre ação civil e ação penal	348
d) Prejudicialidade entre ação penal e ação civil	349
2. Iniciativa da ação penal	354
3. A ação penal privada subsidiária	354
4. Assistência ao Ministério Público	356

CAPÍTULO 14

Ações declaratórias e constitutivas

1. Ações alcançadas pela Lei n. 7.347/85	359
2. A norma residual de proteção a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	361

CAPÍTULO 15

Conexidade, continência e litispendência

1. Conexidade e continência	363
2. Litispendência	366
3. Unidade ou extinção de processos	370

CAPÍTULO 16

Competência

1. As regras gerais	373
2. As questões decorrentes das relações do trabalho	376
a) A competência da Justiça do Trabalho	376
b) O meio ambiente do trabalho	379
c) Os interesses transindividuais indiretamente ligados às relações do trabalho	383
3. A competência absoluta	384
4. A competência em matéria de interesses transindividuais	385
a) Interesses difusos e coletivos	385
b) Interesses individuais homogêneos	385
c) A competência do juiz prolator	385
d) Conclusão	391
5. A competência em matéria de defesa do consumidor	392
a) A competência relativa	392
b) O domicílio dos substituídos	394
6. A competência em ação de improbidade administrativa	395

7.	A competência em matéria de infância e juventude	398
8.	Os danos nacionais e regionais	400
9.	O critério da prevenção	403
10.	O interesse da União e de vários Estados	404
11.	A disputa sobre direitos indígenas	409
12.	A questão do foro por prerrogativa de função	410
13.	A inexistência de juízo universal nas ações coletivas	419
14.	A competência para a liquidação e a execução	419
15.	Considerações finais	420

CAPÍTULO 17

Legitimação ativa

1.	Legitimados ativos	421
2.	Representatividade adequada	427
3.	Legitimação de associações, partidos políticos, sindicatos e fundações privadas	436
	a) Legitimação das associações civis	436
	b) Legitimação dos partidos políticos	445
	c) Legitimação dos sindicatos	446
	d) Legitimação das fundações privadas	451
4.	A legitimação ativa do Ministério Público	452
5.	A legitimação dos entes públicos	460
6.	A legitimação concorrente	461
7.	Ampliação da legitimidade ativa	463
8.	Os cidadãos e os titulares de interesses individuais	463

CAPÍTULO 18

Litisconsórcio e assistência

1.	Generalidades	469
2.	Litisconsórcio	469
3.	Litisconsórcio ulterior e aditamento à inicial	473
4.	Ministério Público autor e fiscal	474
5.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	475
6.	As várias formas de assistência	482
	a) Os colegitimados	482
	b) Os indivíduos lesados	482
	c) Os terceiros	486

CAPÍTULO 19

Legitimação passiva

1. Os legitimados passivos 489
 - a) A regra geral..... 489
 - b) A decisão de questão prejudicial incidental 489
 - c) O Ministério Público como réu..... 490
 - d) As autoridades no polo passivo..... 490
 - e) A desconsideração da personalidade jurídica..... 491
 - f) Entes sem personalidade jurídica..... 494
 - g) A intervenção de terceiros 494
 - h) A citação dos beneficiários do ato impugnado 495
2. A substituição processual no polo passivo..... 497
3. O Estado como legitimado passivo 504
4. A responsabilidade solidária e a responsabilidade regressiva.... 507

CAPÍTULO 20

Interesse processual

1. Interesse processual quanto ao Ministério Público..... 511
2. Os demais legitimados 513
3. A subsistência do interesse processual 515

CAPÍTULO 21

Unidade do Ministério Público

1. Princípios institucionais 517
2. As promotorias de Justiça..... 519
3. Pluralidade ou unidade de agentes no feito 520
4. Conflitos de atribuições 522
5. Litisconsórcio de Ministérios Públicos 526

CAPÍTULO 22

Desistência da ação

1. Generalidades sobre a desistência da ação civil pública 527
2. Recusa ministerial em assumir a ação 530
3. Homologação pelo colegiado competente 531
4. Desistência pelos demais legitimados ativos..... 532

CAPÍTULO 23

Desistência pelo Ministério Público

1. Igual tratamento processual para as formas de desistência 535
2. Homologação pelo colegiado competente 538

CAPÍTULO 24

Desistência e renúncia ao recurso

1. Atos de desistência ou renúncia ao recurso..... 541
2. Caráter excepcional dos atos 542
3. Efeitos 543
4. Desistência pelo Ministério Público 543
5. Oitiva do colegiado competente 545

CAPÍTULO 25

Formas de autocomposição

1. Generalidades 547
 - a) A possibilidade de transigir..... 547
 - b) O compromisso de ajustamento de conduta 549
 - c) O acordo de leniência..... 549
 - d) A mediação 551
 - e) O acordo de colaboração premiada 552
 - f) O acordo de não persecução cível 554
 - g) Limites dos acordos 556
 - h) Audiência preliminar 558
2. Análise do compromisso de ajustamento de conduta..... 559
 - a) Criação..... 559
 - b) As partes 565
 - c) Natureza jurídica..... 570
 - d) Características..... 574
 - e) Compromisso preliminar 576
 - f) A discordância dos interessados..... 578
 - g) Efeitos 580
 - h) Papel do órgão colegiado 585
 - i) O cumprimento e a rescisão..... 586
3. A autocomposição em juízo 589

CAPÍTULO 26

Notificações, requisições e dever de informação

1. As notificações.....	593
2. As requisições.....	595
3. As matérias sigilosas	598
4. A requisição de informações eleitorais e bancárias.....	602
5. Requisições à autoridade policial.....	605
6. Desatendimento à requisição.....	605
7. O particular e o acesso à informação	606
8. A chamada <i>Lei da Mordaza</i>	607

CAPÍTULO 27

Inquérito civil

1. Generalidades	611
2. Instauração, competência e objeto	618
3. Instrução e sigilo.....	623
4. Conclusão do inquérito civil.....	630
5. O arquivamento implícito	633
6. Controle do arquivamento.....	635
7. O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85.....	638
8. Recursos no inquérito civil.....	639
9. Compromisso de ajustamento	641
10. Audiências públicas e recomendações.....	642

CAPÍTULO 28

Tramitação do inquérito civil no colegiado competente

1. As providências prévias	643
2. O arzoamento pelas associações	644
3. O arzoamento pelos demais legitimados, pelos lesados e por terceiros	645

- 4. A matéria regimental 646
- 5. A deliberação do colegiado 646

CAPÍTULO 29

Efeitos do arquivamento do inquérito civil

- 1. Generalidades 649
- 2. Compromisso de ajustamento 652
- 3. O arquivamento e a decadência 653

TULO 30

Impedimento e suspeição

- 1. Distinções 655
 - a) Generalidades 655
 - b) Impedimento em sentido lato 655
 - c) Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais 657
- 2. Impedimento e suspeição nas ações civis públicas 658
 - a) Interesses transindividuais 658
 - b) Arquivamento do inquérito civil 659
 - c) Conversão em diligência 662
 - d) Aconselhamento às partes 663
 - e) Tomada de compromisso de ajustamento 665
- 3. Arguição do impedimento ou da suspeição 665
- 4. Incompatibilidade de acumular funções conflitantes 666

CAPÍTULO 31

Crime contra a Administração Pública

- 1. Os crimes do art. 10 da Lei n. 7.347/85 e do art. 8º, VI, da Lei n. 7.853/89 667
- 2. Crítica aos institutos 671

CAPÍTULO 32

Liminares e recursos

1.	Distinções prévias	673
2.	O mandado liminar	678
3.	A proibição de concessão de liminar	680
4.	Impugnações à decisão sobre a liminar	681
	a) Impugnação à concessão da liminar	682
	b) Impugnação à denegação da liminar	687
5.	A reconsideração da liminar	688
6.	Os recursos em geral	689

CAPÍTULO 33

Multas

1.	As multas cominatórias	693
2.	Multa liminar	695
3.	Multa imposta em tutela antecipada	695
4.	Multa imposta na sentença	696
5.	Multas administrativas e multas impostas em compromisso de ajustamento	698
6.	A multa criminal	700

CAPÍTULO 34

Fundo para reconstituir o bem lesado

1.	A reparação de interesses difusos lesados	701
2.	O fundo do art. 13 da Lei n. 7.347/85	702
3.	Outros fundos semelhantes	704
4.	Fundo federal e fundos estaduais	704
5.	A participação de membros do Ministério Público	705
6.	As receitas do fundo	706
7.	As finalidades do fundo	706

CAPÍTULO 35

A reparação das lesões individuais

- | | | |
|----|---|-----|
| 1. | Generalidades | 709 |
| 2. | Perda do prazo para habilitação dos lesados | 714 |

CAPÍTULO 36

Liquidação, cumprimento da sentença e execução

- | | | |
|-----|---|-----|
| 1. | A liquidação da sentença | 719 |
| 2. | O cumprimento da sentença no processo coletivo | 723 |
| | a) Generalidades | 723 |
| | b) O cumprimento da sentença e a impugnação | 724 |
| | c) A execução provisória | 728 |
| 3. | A execução de título extrajudicial e os embargos | 729 |
| 4. | Observações comuns à liquidação e ao cumprimento
da sentença | 730 |
| 5. | A presença de mais de um tipo de interesse trans-individual.... | 733 |
| 6. | A escolha do foro pelo lesado individual | 734 |
| 7. | O foro para a liquidação e o cumprimento da sentença | 735 |
| 8. | Os autos da liquidação e do cumprimento da sentença | 736 |
| 9. | A questão da suposta competência territorial do juiz | 739 |
| 10. | A preferência das indenizações individuais | 741 |
| 11. | O papel do Ministério Público | 743 |

CAPÍTULO 37

Coisa julgada

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | A coisa julgada como fenômeno processual | 747 |
| 2. | Os supostos limites territoriais da coisa julgada | 748 |
| 3. | A coisa julgada em matéria de interesses transindividuais | 752 |
| 4. | Alcance das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i> | 756 |
| 5. | A coisa julgada coletiva e as ações individuais | 758 |

6.	Alguns exemplos de coisa julgada coletiva	761
7.	A coisa julgada coletiva segundo o resultado do processo	763
8.	Quadros sinóticos	764
9.	Apreciação conclusiva sobre a coisa julgada coletiva	766
10.	A reabertura da ação e a rescisão da coisa julgada	767
11.	A necessidade de mitigar a coisa julgada coletiva	772

CAPÍTULO 38

As custas e os demais encargos da sucumbência

1.	As custas e os encargos processuais	777
2.	Consequências processuais da sucumbência	778
3.	O Ministério Público, os honorários e a improcedência	785

CAPÍTULO 39

A prova e a avaliação dos danos

1.	Generalidades	789
2.	O ônus da prova e seu custeio	791
3.	As dificuldades na avaliação	797
4.	O papel da perícia	800

CAPÍTULO 40

Responsabilidade e culpa

1.	Responsabilidade com ou sem culpa	803
2.	Exclusão da responsabilidade	808
3.	O nexo causal	810
4.	A prescrição e a decadência	812
	a) Generalidades	812
	b) O meio ambiente	815
	c) O patrimônio público	816
	d) Os consumidores	816
	e) Os outros interesses transindividuais	817
	f) A interrupção e a suspensão da prescrição	818

CAPÍTULO 41

Responsabilidade estatal

1. O Estado como causador do dano a interesses transindividuais 821
2. O Estado no polo passivo da ação 822

CAPÍTULO 42

Responsabilidade dos agentes públicos

1. A responsabilidade dos agentes públicos e dos agentes políticos 825
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 828
3. A questão da responsabilidade por culpa do membro do Ministério Público 830
4. A atividade opinativa do membro do Ministério Público 834
5. A ação de responsabilidade civil 835
6. A denúncia da lide 837
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória..... 838
8. Conclusões 841

TÍTULO IV

A DEFESA DE OUTROS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

CAPÍTULO 43

Defesa das pessoas com deficiência

1. O princípio da igualdade 845
2. A defesa da pessoa com deficiência..... 851
3. A questão terminológica 855

4.	Princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades	856
5.	A acessibilidade em geral	856
6.	O mercado de trabalho	857
7.	A pessoa com deficiência e a capacidade civil.....	862

CAPÍTULO 44

Defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários

1.	O Ministério Público na defesa dos investidores	865
2.	Limites para a atuação ministerial.....	867
3.	A prescrição e a decadência	868

CAPÍTULO 45

Defesa da criança, do adolescente e do jovem

1.	A defesa de interesses difusos e coletivos da infância à juventude	869
2.	A competência para a ação civil pública.....	872
3.	Hipóteses de ações civis públicas.....	873

CAPÍTULO 46

Defesa da ordem econômica e financeira

1.	Generalidades	877
2.	Hipóteses de ações civis públicas.....	879
3.	Acordos de leniência.....	880

CAPÍTULO 47

Defesa da ordem urbanística

1.	Generalidades	881
2.	A defesa dos interesses transindividuais ligados ao urbanismo	882

CAPÍTULO 48

Defesa das pessoas idosas

1. Generalidades 885
2. A política nacional da pessoa idosa..... 887
3. O Estatuto da Pessoa Idosa 890
4. O Ministério Público e as pessoas idosas 892

CAPÍTULO 49

Defesa de grupos étnicos, religiosos e das minorias

1. A democracia e seus problemas 897
2. O respeito a grupos étnicos, religiosos e minorias 900
3. A chamada *discriminação positiva* 902
4. A defesa dos interesses transindividuais ligados às minorias..... 907

CAPÍTULO 50

Defesa das mulheres

1. Generalidades 909
2. O princípio da igualdade 910
3. A defesa de interesses transindividuais 912

CAPÍTULO 51

Defesa dos contribuintes

1. Generalidades 915
2. A defesa coletiva do contribuinte 915

CAPÍTULO 52

Defesa de qualquer interesse transindividual

1. Generalidades 925
2. A vedação de tutela coletiva 927
3. A defesa de interesses difusos ou coletivos..... 932
4. A defesa de interesses individuais homogêneos 933

ANEXOS

LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 937
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC, arts. 81-104)... 943

RESOLUÇÃO

- Resolução n. 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 949

MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil 959
2. Compromisso de ajustamento 961
3. Promoção de arquivamento de inquérito civil 963
4. Petição inicial de ação civil pública (meio ambiente) 965
5. Petição inicial de ação civil pública (consumidor) 967
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns 969

Bibliografia específica 971

Índice alfabético-remissivo 987